cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.03.08 08:55:35 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 8 de março de 2024 • Nº 1758 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Top Business

Mulheres, avante!

PÁGINA 6

BALANÇO

CBA registra prejuízo de R$ 586 milhões

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) registrou R$ 586 milhões de prejuízo líquido no quarto trimestre de 2023, valor 632% maior ante a perda de R$ 80 milhões apurada no mesmo período de 2022. O montante também é 122,8% superior aos R$ 263 milhões negativos informados no período de julho a setembro do ano anterior, conforme o release de resultados da empresa divulgado ontem. O maior prejuízo registrado nos três últimos meses de 2023 em relação aos intervalos anual e trimestral aconteceram, principalmente, devido ao ajuste na marcação a mercado dos contratos futuros de energia, que trouxeram um impacto negativo total para a empresa de R$ 639 milhões. No caso do efeito ser desconsiderado, a CBA registraria um lucro líquido de R$ 53 milhões. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da CBA somou R$ 102 milhões, com ligeira queda de 0,9% na comparação anual e avanço de 121% no intervalo trimestral. PÁGINA 4

IA

Lula pede projeto para Inteligência Artificial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem, que o governo quer a elaboração de um projeto para inteligência artificial e que, se a proposta for boa, não faltará dinheiro para implementá-la. Ele também sugeriu o sistema funcione em português e espanhol. "Eu queria pedir ao Conselho de Ciência e Tecnologia para aproveitar esses três anos de mandato que eu tenho, em que vocês jamais terão mais liberdade de pensar e agir do que no meu governo, para a gente poder definir uma política concreta de inteligência artificial para esse País", disse o presidente da República. "Muitas vezes a gente deixa de fazer as coisas porque a gente pensa demais, fala demais, teoriza demais e executa de menos", afirmou Lula. PÁGINA 7

MONTADORAS

Anfavea: produção de veículos cresce 24,3% em fevereiro

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

A produção de veículos automotores no Brasil cresceu 24,3% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, com 189.684 unidades produzidas. Na comparação anual, o aumento foi de 17,4%. Os dados foram divulgados ontem, em São Paulo, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). "Esse é um bom sinal, a produção é sempre um termômetro muito relevante para o nosso setor", disse Márcio de Lima Leite (**foto**), presidente da Anfavea, durante entrevista coletiva. A venda total de veículos novos -o que inclui carros, comerciais leves, caminhões e ônibus - também aumentou no país. Segundo a Anfavea, em fevereiro foram comercializadas 165.225 unidades, o que representa expansão de 2,2% sobre janeiro e de 27,1% sobre fevereiro do ano passado. Desse total, 155.511 se referiam apenas a automóveis e comerciais leves. A cada dia útil de fevereiro foram vendidos 8,7 mil veículos, o que representou alta de 18% em relação a janeiro e de 20,5% em relação a fevereiro do ano passado. Segundo o presidente da Anfavea, esse foi "um crescimento extremamente relevante", superando o período antes da pandemia. Já as exportações de veículos aumentaram 62,7% em um mês, com 30.652 unidades enviadas ao exterior. Na comparação anual, no entanto, houve queda de 14,1%. "É um crescimento sobre uma base muito baixa, que foi janeiro. PÁGINA 2

CALÇADOS

Arezzo tem lucro líquido de R$ 125,7 mi no 4º trimestre

A Arezzo & Co apresentou um lucro líquido recorrente de R$ 125,7 milhões no quarto trimestre de 2023, uma alta de 22,5% na comparação com o mesmo período de 2022. Já o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recorrente chegou a R$ 221 milhões, um crescimento anual de 16%. A receita líquida fechou em R$ 1,424 bilhão no período, alta de 8,6% ante o quarto trimestre de 2022. Já a receita bruta da empresa foi de R$ 1,801 bilhão, crescimento anual de 11,3%. No resultado acumulado do ano passado, a Arezzo &Co teve faturamento de R$ 6,1 bilhões, crescimento anual de 16,4% e recorde histórico da companhia. A receita líquida foi de R$ 4,846 bilhões, alta de 14,5% ante 2022. PÁGINA 4

CONSTRUÇÃO

/ANTONIO CRUZABRASIL

Novo PAC projeta 1,8 mil UBS e 36 maternidades

O governo anunciou ontem os projetos a serem atendidos pelos R$ 23 bi previstos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saúde, educação, esporte e cultura. Na Saúde, os planos incluem a entrega de 1,8 mil novas unidades básicas de saúde (UBS), 36 maternidades e 50 policlínicas regionais, além de novas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Está prevista ainda a construção de 30 novos centros de parto normal, 150 centros de atenção psicossocial (CAPS) e 20 centros especializados em reabilitação, além da aquisição de 400 novas unidades odontológicas móveis e 14 centrais de regulação do Samu.No lançamento do novo PAC, a ministra da Saúde, Nísia Trindade (**foto**), destacou a necessidade de um "SUS fortalecido". PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA: -0,43% / 128.339,76 / -550,47 / Volume: R$ 19.351.439.182 / Negócios: 3.175.082

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
YDUQS PART ON NM	21.66	+3.88	+0.81
LOCALIZA ON NM	53.17	+3.58	+1.84
TIM ON NM	18.56	+2.37	+0.43
TAESA UNT N2	35.40	+2.22	+0.77
ENGIE BRASILON NM	40.85	+2.12	+0.85

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	15.85	–4.80	–0.80
DEXCO ON NM	7.68	–4.12	–0.33
P.ACUCAR-CBDON NM	3.54	–4.07	–0.15
TOTVS ON NM	30.08	–3.59	–1.12
VIBRA ON NM	23.99	–3.46	–0.86

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	40.39	–1.10	–0.45
VALE ON NM	66.52	–0.34	–0.23
LOCALIZA ON NM	53.17	+3.58	+1.84
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.79	–1.05	–0.36
B3 ON ED NM	12.32	+0.57	+0.07

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.791,35	+0,34
NASDAQ Composite	16.273,375	+1,51
CAC 40	8.016,22	+0,77
FTSE 100	7.692,46	+0,17
DAX	17.842,85	+0,71
Ftse Mib	33.434,96	+0,21

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA 15**	0,78% (fev.)	Compra: 5,4489	Venda: 5,6289
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9364	-0,07%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(08/03)	0,5082%	BM&F/grama	R$ 343,81	Compra: 4,9330	Venda: 4,9336
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(08/03)	0,0082%	Compra: 5,3996	Venda: 5,4002	Compra: 4,9574	Venda: 5,1374

Economia

MERCADOS

Na contramão de NY, Bovespa cai 0,43%, a espera da Petrobras

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) permaneceu no nível de 128 mil pontos pela quarta sessão consecutiva, intervalo no qual obteve apenas um ganho, de 0,62%, quarta-feira. Na contramão de Nova York ao longo do dia, o Índice Bovespa cedeu ontem 0,43%, aos 128.339,76 pontos, entre mínima de 128.032,56 e máxima de 129.187,69 na sessão. Após a recuperação de volume também vista na quarta, o giro ficou restrito a R$ 19,3 bilhões nesta quinta-feira. Na semana, o Ibovespa cai 0,65% e, no mês, perde 0,53% - no ano, a retração está em 4,36%.

À espera do balanço trimestral, que será conhecido após o fechamento da sessão, Petrobras ON cedeu 0,58% e a PN, 1,1%. O mercado aguarda os números com a perspectiva de que uma produção vigorosa impulsione os proventos da empresa - "um retorno generoso aos investidores poderia atenuar os efeitos adversos das recentes declarações do CEO, Jean Paul Prates, sobre o assunto", aponta em nota a Guide Investimentos.

Exceção ontem, mais cedo, entre as ações de maior peso, Vale ON virou à tarde e fechou em baixa de 0,34% ontem. O desempenho das ações de grandes bancos, em geral, foi negativo - exceção entre as maiores instituições para Santander (Unit +0,53%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Yduqs (+3,88%), Localiza (+3,58%) e TIM (+2,37%). No lado oposto, CSN (-4,80%), no dia seguinte ao balanço trimestral, à frente na sessão de Dexco (-4,12%) e Pão de Açúcar (-4,07%).

O dia foi de amplos ganhos para os índices de ações em Nova York, com destaque para S&P 500 (+1,03%) e Nasdaq (+1,51%), mesmo com o avanço dos juros longos americanos, de 10 e 30 anos, observado em parte da sessão.

DÓLAR CAI

O dólar perdeu força em relação ao real pela segunda sessão seguida, mais uma vez seguindo a tendência global de enfraquecimento da moeda americana.

No fim do dia, o dólar era cotado em R$ 4,9337 no segmento à vista, uma queda de 0,23% em relação ao fechamento do dia anterior. O contrato futuro da moeda para abril caía, às 17h20, 0,31%, cotado em R$ 4,9425.

ANFAVEA

Produção de veículos cresce 24,3% em fevereiro

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

A produção de veículos automotores no Brasil cresceu 24,3% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, com 189.684 unidades produzidas. Na comparação anual, o aumento foi de 17,4%. Os dados foram divulgados ontem, em São Paulo, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Esse é um bom sinal, a produção é sempre um termômetro muito relevante para o nosso setor", disse Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea, durante entrevista coletiva.

A venda total de veículos novos -o que inclui carros, comerciais leves, caminhões e ônibus - também aumentou no país. Segundo a Anfavea, em fevereiro foram comercializadas 165.225 unidades, o que representa expansão de 2,2% sobre janeiro e de 27,1% sobre fevereiro do ano passado. Desse total, 155.511 se referiam apenas a automóveis e comerciais leves.

CRESCIMENTO

A cada dia útil de fevereiro foram vendidos 8,7 mil veículos, o que representou alta de 18% em relação a janeiro e de 20,5% em relação a fevereiro do ano passado. Segundo o presidente da Anfavea, esse foi "um crescimento extremamente relevante", superando o período antes da pandemia.

Já as exportações de veículos aumentaram 62,7% em um mês, com 30.652 unidades enviadas ao exterior. Na comparação anual, no entanto, houve queda de 14,1%. "É um crescimento sobre uma base muito baixa, que foi janeiro. Tivemos uma expansão que é importante, mas ainda assim é inferior ao ano de 2023", disse o presidente da associação.

Para este ano, a Anfavea projeta crescimento em torno de 6% tanto na produção quanto no mercado.

PROEX

Camex eleva para 15 anos prazo para quitação de financiamentos

AMANDA PUPO/AE

O governo decidiu ontem, ampliar de 12 anos para 15 anos o prazo máximo de quitação para financiamentos feitos dentro do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). A decisão é direcionada às operações de exportação de bens com valor unitário acima de R$ 5 milhões e foi tomada pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a nova regra vale também para as operações de equalização das taxas de juros, outra modalidade de apoio do Proex.

A pasta defendeu ainda que o ajuste faz parte da agenda de melhorias que vem sendo implantada pela Camex para facilitar e ampliar o acesso das empresas brasileiras ao programa.

De acordo com dados preliminares do órgão, no ano passado, as exportações apoiadas pelo Proex Financiamento cresceram em torno de 6,5%, passando de US$ 140 milhões para U$ 149 milhões.

"Os números ainda não estão fechados, mas já é possível ver que houve aumento, o que pode ser atribuído em parte às medidas que a gente vem adotando", disse a secretária-executiva da Camex, Marcela Carvalho.

Em 2024, o Proex Financiamento disponibiliza R$ 2 bilhões para apoio às empresas exportadoras. "Entre os bens que normalmente fazem uso dessa modalidade, destacam-se: calçados, madeira, couro e máquinas agrícolas", destacou o MDIC.

Já o Proex Equalização disponibiliza neste ano R$ 1,2 bilhão. Entre os setores atendidos nesse caso estão geradores de energia eólica, aeronaves, automóveis, caminhões e locomotivas.

"Um primeiro passo importantíssimo dentro dessa agenda foi dado pelo governo do presidente Lula no ano passado, quando nós mais que dobramos o limite de faturamento bruto das empresas para participação no programa - de R$ 600 milhões para R$ 1,3 bilhão por ano", disse o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. "Seguimos firmes no propósito de aumentar e qualificar a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, diminuindo burocracia, estimulando uma indústria forte e competitiva e melhorando o ambiente de negócios", completou.

SOLAR

País atinge marca de 40 GW de capacidade instalada de energia

DENISE LUNA/AE

O Brasil ultrapassou a marca histórica de 40 gigawatts (GW) de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica, informou o Grupo Estado a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). O volume soma grandes usinas solares e sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos.

Segundo mapeamento da entidade, a participação da fonte solar equivale atualmente a 17,4% da matriz elétrica brasileira. Apenas em 2024, o setor solar já adicionou 3 GW ao País. Desde 2012, a fonte solar trouxe ao Brasil mais de R$ 189,4 bilhões em novos investimentos, mais de R$ 53 bilhões em arrecadação aos cofres públicos e gerou cerca de 1,2 milhão de empregos verdes acumulados.

Pelos cálculos da Absolar, o setor fotovoltaico já evitou a emissão de 48,9 milhões de toneladas de CO_2 na geração de eletricidade, graças à geração limpa e renovável dos atuais 40 GW da fonte solar em atividade no País.

"Além de acelerar a descarbonização das atividades econômicas e ajudar no combate ao aquecimento global, a fonte solar tem papel cada vez mais estratégico para a competitividade dos setores produtivos, independência energética e prosperidade das nações", disse o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia.

Para o presidente do Conselho de Administração da entidade, Ronaldo Koloszuk, a ascensão brasileira na transição energética global é calcada majoritariamente pela expansão da geração solar fotovoltaica.

"O ganho de escala, o aumento da eficiência e a evolução tecnológica de ponta fazem da energia solar um dos principais vetores da transformação sustentável no Brasil e no mundo", afirmou.

No segmento de geração distribuída de energia, são 27,5 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R$ 137,4 bilhões em investimentos, R$ 34,2 bilhões em arrecadação e mais de 822 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9% de todas as conexões de geração distribuída no País, liderando com folga o segmento.

Já a geração centralizada, ou de grande porte, o Brasil possui cerca de 12,5 GW de potência instalada em usinas solares. Desde 2012, os grandes empreendimentos fotovoltaicos já trouxeram ao País cerca de R$ 52 bilhões em novos investimentos e mais de 378 mil empregos verdes acumulados, além de proporcionarem uma arrecadação aos cofres públicos que supera R$ 18,8 bilhões.

Diário do Acionista Tels.: (21) 99122-4278

DINHEIRO ESQUECIDO

Brasileiros ainda não sacaram R$ 7,97 bi de valores a receber

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os brasileiros ainda não sacaram R$ 7,97 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro até o fim de janeiro, divulgou ontem o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R$ 5,99 bilhões, de um total de R$ 13,33 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de janeiro, 18.513.533 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 29,73% do total de 62.275.604 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

Entre os que já retiraram valores, 17.564.553 são pessoas físicas e 948.980 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.613.723 são pessoas físicas e 3.148.348 são pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R$ 10 concentram 63,47% dos beneficiários. Os valores entre R$ 10,01 e R$ 100 correspondem a 25,15% dos correntistas. As quantias entre R$ 100,01 e R$ 1 mil representam 9,63% dos clientes. Só 1,75% tem direito a receber mais de R$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em janeiro, foram retirados R$ 243 milhões, alta em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R$ 193 milhões.

MELHORIAS

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido.

FONTES DE RECURSOS

Também foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes do ano passado. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou pós-paga encerradas, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os seguintes valores, já disponíveis para saques no ano passado. Eles são os seguintes: contas-corrente ou poupança encerradas; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados; tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

GOLPES

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

BNDES

Projeto da Suzano prevê plantio de eucalipto

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem, ter aprovado um financiamento de R$ 2,6 bilhões para o programa florestal bienal da Suzano, empresa fabricante de papel e celulose. Os recursos serão investidos no projeto de plantio de até 435 mil hectares de fazendas de eucalipto nas proximidades das unidades industriais da companhia nos Estados do Espírito Santo, da Bahia, do Mato Grosso do Sul, do Maranhão, do Pará e de São Paulo.

A iniciativa da companhia envolve um investimento total de R$ 3,6 bilhões, segundo o banco de fomento.

O BNDES também aprovou um financiamento de R$ 31 milhões para que a Suzano desenvolva uma nova central de produção de árvores de eucalipto superiores e faça investimentos em uma chamada de inovação aberta, "com estimativa de que sejam apoiados até 14 projetos inovadores relacionados a agroflorestas, remoção de carbono, biomassa de eucalipto e embalagens sustentáveis".

A operação foi viabilizada pela linha BNDES Mais Inovação.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.552.848/0001-87

Relatório da administração *(em milhares de Reais)*

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		130	83
Títulos e valores mobiliários	8	28.090	29.492
Concessionárias e permissionárias	9	6.618	6.585
Ativo de contrato	10	54.520	52.450
Outros ativos		4.603	2.439
Total do ativo circulante		**93.961**	**91.049**
Ativo de contrato	10	394.673	406.043
Total do realizável a longo prazo		**394.673**	**406.043**
Imobilizado		4.293	4.321
Total do imobilizado + intangível		**4.293**	**4.321**
Total do ativo não circulante		**398.966**	**410.364**
Total do ativo		**492.927**	**501.413**

	Nota	2023	2022
Fornecedores		670	615
Debêntures	11	352	163.879
Salários e encargos a pagar		421	300
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	572	463
Outros impostos e contribuições a recolher		1.745	1.528
Pis e Cofins diferidos	14	1.890	1.914
Dividendos	24 (c)	7.257	8.001
Encargos setoriais		1.347	2.432
Outros passivos	12	5.602	2.422
Total do passivo circulante		**19.856**	**181.554**
Debêntures	11	175.057	-
Pis e Cofins diferidos	14	14.559	15.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	13.848	15.167
Total do passivo não circulante		**203.464**	**30.271**
Total dos passivos		**223.320**	**211.825**
Capital social	17 (a)	246.463	266.463
Reserva de lucros	17 (b)	23.144	23.125
Total do patrimônio líquido		**269.607**	**289.588**
Total do passivo e patrimônio líquido		**492.927**	**501.413**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	15.279	16.846
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**15.279**	**16.846**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	**54.201**	**61.555**
Pessoal		(3.765)	(2.973)
Material		(429)	(417)
Serviços de terceiros	20 (a)	(8.025)	(7.197)
Custo de construção	19	-	(6.461)
Outros	21	(1.951)	(3.331)
Custos operacionais		**(14.170)**	**(20.379)**
Lucro bruto		**40.031**	**41.176**
Pessoal		(274)	(175)
Serviços de terceiros	20 (b)	(529)	(460)
Outros		(154)	(152)
Despesas operacionais		**(957)**	**(787)**
Resultado antes do resultado financeiro		**39.074**	**40.389**
Receitas financeiras		2.866	3.939
Despesas financeiras		(24.671)	(23.958)
Resultado financeiro	22	**(21.805)**	**(20.019)**
Resultado antes dos impostos		**17.269**	**20.370**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.002)	(3.217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.012	(307)
Imposto de renda e contribuição social	23	**(1.990)**	**(3.524)**
Lucro líquido do exercício		**15.279**	**16.846**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Rentenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**266.463**	**14.280**	**8.397**		**-**	**289.140**
Pagamento de dividendos		-	-	(8.397)	-	-	(8.397)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.846	16.846
Reserva legal	17 (b)	-	842	-	-	(842)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(8.002)	(8.002)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	8.002	-	(8.002)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**266.463**	**15.122**	**8.002**	**-**	**-**	**289.587**
Redução de capital social	17 (a)	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	-	(8.002)	-	-	(8.002)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.279	15.279
Reserva legal	17 (b)	-	764	-	-	(764)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(7.258)	(7.258)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	7.258	(7.258)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**246.463**	**15.886**	**-**	**7.258**	**-**	**269.607**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		15.279	16.846
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.012)	307
- Imposto de renda e contribuição social correntes		3.002	3.217
- Provisão para perda esperada de crédito	9	513	-
- Pis e Cofins diferidos	18	(569)	301
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(2.725)	(3.893)
- Juros e custo de transação s/ debêntures	11	24.263	23.476
- Receita de construção		-	(7.889)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(43.043)	(43.868)
		(4.291)	**(11.504)**
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(545)	(283)
- Ativo de contrato	10	52.343	49.038
- Outros ativos		(2.164)	2.949
- Fornecedores		56	(258)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(634)	(1.192)
- Outros impostos e contribuições a recolher		218	133
- Salários a pagar		121	(252)
- Encargos setoriais		(1.085)	(59)
- Outros passivos		2.870	1.504
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**46.889**	**40.076**
Impostos pagos sobre receita tributável		(2.258)	(2.241)
Debêntures - pagamento de juros	11	(11.897)	(23.805)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**32.733**	**14.030**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(71.384)	(77.348)
Títulos e valores mobiliários - resgates		75.510	76.830
Imobilizado e intangível		28	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		**4.154**	**(518)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	17 (a)	(20.000)	-
Custo de transação debêntures	11	(836)	-
Pagamento de dividendos	24 (c)	(16.004)	(16.795)
Debêntures - pagamento de principal	11	-	(7.833)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(36.840)**	**(24.628)**
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**47**	**(11.116)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		83	11.199
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**130**	**83**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A Brilhante Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29 de dezembro de 2008, está estabelecida no Rio de Janeiro, e entrou parcialmente em operação comercial em 11 de novembro e 16 de dezembro de 2010. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pela empresa Celeo Redes Brasil S.A. "Celeo Redes" (anteriormente denominada Elecnor Transmissão de Energia S.A.), que sagrou-se vencedora do Leilão 008/2008 - Lote B - ANEEL. Em 09 de julho de 2010, foi publicado no DOU a Resolução Autorizativa nº 2.454 de 29 de junho de 2010 no qual a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") autorizou a reestruturação societária da Companhia, mediante a transferência de 50% de suas ações para a empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. "Cobra Brasil" (nova denominação da Lintran do Brasil Participações S.A.). No fim do exercício de 2010 a Companhia foi requerida pelo órgão regulador a iniciar a construção da expansão, referente a modificação do traçado original do projeto da Subestação de Chapadão, para o qual a Companhia negociou com o regulador - ANEEL uma RAP adicional que foi homologada através do despacho nº 1.486 de 30 de maio de 2017 no montante R$1.694 a preço de novembro de 2008, a ser pago por meio da TUST-RB, em função da alteração de traçado da Linha de Transmissão de Rede Básica em 230 kV Chapadão - Imbirussu, com efeitos retroativos no montante de R$14.209 devido a partir da data de entrada de operação comercial do empreendimento, ocorrida em 27 de agosto de 2012. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia é controlada pela Celeo Redes. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29 de fevereiro de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. 3 **Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Instrumentos financeiros - (b) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(c) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a - VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a - VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(d) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(e) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(f) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **3.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.5 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Maurício Scovino de Souza Diretor Técnico
Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Brilhante Transmissora de Energia S.A - *Rio de Janeiro - RJ* - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Brilhante Transmissora de Energia S.A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brilhante Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das

Continua

Continuação

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.552.848/0001-87

demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.2, 10 e 18 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, , envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (ii) a verificação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas, se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados. (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Economina

Balanço

CBA registra prejuízo líquido de R$ 586 mi no 4º trimestre de 2023

JORGE BARBOSA/AE

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) registrou R$ 586 milhões de prejuízo líquido no quarto trimestre de 2023, valor 632% maior ante a perda de R$ 80 milhões apurada no mesmo período de 2022. O montante também é 122,8% superior aos R$ 263 milhões negativos informados no período de julho a setembro do ano anterior, conforme o release de resultados da empresa divulgado ontem.

O maior prejuízo registrado nos três últimos meses de 2023 em relação aos intervalos anual e trimestral aconteceram, principalmente, devido ao ajuste na marcação a mercado dos contratos futuros de energia, que trouxeram um impacto negativo total para a empresa de R$ 639 milhões. No caso do efeito ser desconsiderado, a CBA registraria um lucro líquido de R$ 53 milhões.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da CBA somou R$ 102 milhões, com ligeira queda de 0,9% na comparação anual e avanço de 121% no intervalo trimestral.

A margem Ebitda ficou em 5%, três pontos porcentuais maior ante o trimestre anterior e igual na comparação com os três últimos meses de 2022.

Quanto à receita líquida, a CBA somou R$ R$ 1,903 bilhão, 3% menor na comparação anual e 2% superior ante o terceiro trimestre de 2023.

A alavancagem da CBA, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, atingiu 7,7 vezes, valor menor ante o registrado no trimestre anterior, de 9,71 vezes. A redução do indicador foi impulsionada pela melhoria no desempenho operacional da empresa.

A dívida líquida da CBA, por sua vez, atingiu R$ 2,361 bilhões no quarto trimestre. O prazo médio da dívida ficou em 4,93 anos, menor na comparação com o apurado ao final de setembro de 2023, de 5,12.

A posição de caixa da CBA em dezembro foi de R$ 2,213 bilhões. Deste total, R$ 1,729 bilhão é referente aos recursos disponíveis da companhia e R$ 484 milhões referem-se a uma linha de crédito rotativo, que representa uma fonte adicional de liquidez.

VENDAS

O volume total de vendas de alumínio da CBA no quarto trimestre de 2023 somaram 128 mil toneladas, valor 5% maior ante um ano e 8% no intervalo trimestral. Em primários, a comercialização avançou 24% na comparação anual, para 77 mil toneladas, sendo a maior contribuição o aumento de lingotes.

As vendas no segmento de reciclagem, por sua vez, recuaram 29% na comparação anual, atingindo 19 mil toneladas. Camila mencionou que o fenômeno foi provocado por menores vendas na Metalex, principalmente no segmento de alumínio para autoconstrução, em função da manutenção do patamar alto das taxas de juros.

Calçados

Arezzo tem lucro líquido de R$ 125,7 mi no quarto trimestre

ARAMIS MERKI II/AE

A Arezzo & Co apresentou um lucro líquido recorrente de R$ 125,7 milhões no quarto trimestre de 2023, uma alta de 22,5% na comparação com o mesmo período de 2022.

Já o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recorrente chegou a R$ 221 milhões, um crescimento anual de 16%.

A receita líquida fechou em R$ 1,424 bilhão no período, alta de 8,6% ante o quarto trimestre de 2022. Já a receita bruta da empresa foi de R$ 1,801 bilhão, crescimento anual de 11,3%.

No resultado acumulado do ano passado, a Arezzo &Co teve faturamento de R$ 6,1 bilhões, crescimento anual de 16,4% e recorde histórico da companhia. A receita líquida foi de R$ 4,846 bilhões, alta de 14,5% ante 2022.

De acordo com o CEO e CCO da companhia, Alexandre Birman, o ano passado viu crescimento de vendas em todas as marcas da empresa. "Os destaques em relação a 2022 foram as marcas da Vans (+27%), AR&CO (+26%), Arezzo (+14%) e Anacapri (+21%), aponta a empresa no release de resultados. O mercado internacional se mostrou mais desafiador para a companhia, que encerrou a operação de duas lojas Shulz nos Estados Unidos em dezembro.

Paralisação

Auditores-fiscais do trabalho anunciam greve para dia 13

SHEYLA SANTOS/AE

O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait) anunciou que a categoria irá paralisar as atividades a partir da próxima quarta-feira. O trabalho desses profissionais envolve os sistemas do eSocial, que unifica informações trabalhistas, e do novo FGTS Digital.

Segundo o Sinait, o protesto é uma resposta ao governo, que não teria regulamentado um acordo de 2016 que reivindica para a categoria as mesmas condições dadas aos auditores da Receita Federal. A resposta mais dura sucede, segundo a entidade, um movimento de entrega de cargos de chefia e de coordenação realizado nos meses de janeiro e fevereiro.

O sindicato ressalta que a paralisação compromete atividades de fiscalização e combate ao trabalho escravo, além de inclusão de novas funcionalidades nos sistemas e adaptações às novas legislações.

"A paralisação terá efeitos sobre a manutenção dos sistemas e o suporte aos usuários, acarretando o comprometimento da declaração de informações trabalhistas, como dados na CTPS Digital, pagamento de seguro-desemprego e abono salarial para milhões de trabalhadores, e o próprio recolhimento do FGTS", diz a entidade, por meio de nota.

Ainda de acordo com o Sinait, uma série de etapas do sistema do eSocial e do novo FGTS Digital serão afetadas, entre elas a implementação do Empréstimo Consignado CLT, o recolhimento do FGTS de reclamatória trabalhista via FGTS Digital, a cobrança administrativa do fundo dos trabalhadores, com comprometimento do valor arrecadado e o parcelamento de débitos do FGTS.

Supermercados

Abras propõe itens saudáveis para cesta básica isenta

MARIANA CARNEIRO
E ANNA CAROLINA PAPP/AE

O setor de supermercados vai propor que a composição da nova cesta básica nacional, com imposto zero, tenha foco em uma "alimentação saudável e nutricionalmente adequada". Para o segmento, a cesta não pode ser vista como "cesta mínima", mas sim ter uma gama diversificada de produtos.

Na minuta, que será apresentada ao grupo de trabalho responsável pela regulamentação da cesta, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) sugere 17 categorias de alimentos, incluindo carnes, ovos, laticínios, frutas, legumes, vegetais, farinhas e massas alimentícias. Dentro de cada categoria, será sugerida uma gama de itens.

A reforma tributária, promulgada no final do ano passado, criou a chamada cesta básica nacional, 100% isenta de tributos federais. Porém, os itens que irão compor a lista ficaram pendentes para definição na fase de regulamentação - o que tem provocado uma disputa entre setores e entidades empresariais nos bastidores do Congresso Nacional, como mostrou o *Estadão*. O setor do agronegócio, por exemplo, já apresentou a sua proposta, com mais de 40 itens.

O texto da reforma tributária estabelece que a nova cesta básica nacional "considerará a diversidade regional e cultural da alimentação do país e garantirá a alimentação saudável e nutricionalmente adequada".

João Galassi, presidente da Abras, reforça a necessidade de criar uma cesta diversificada, com itens que contemplem os principais grupos nutricionais. "A cesta básica nacional não é, nem pode jamais vir a ser definida como uma cesta mínima, como mera recomposição energética de um trabalhador, mas como a expressão da satisfação de qualquer cidadão, suficientemente rica e diversificada para um país que se apresenta como celeiro do mundo", afirma.

A associação também destaca a necessidade de atender as diversidades regionais e sugere itens como farinha de mandioca e tapioca, açaí, erva-mate e pamonha.

Em novembro do ano passado, a Abras sugeriu uma cesta básica com 25 itens. Durante a primeira votação na Câmara, a associação havia proposto uma lista maior, com 38 produtos, que contemplava higiene e limpeza - mas essas categorias agora foram incluídas na alíquota reduzida do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com desconto de 60%.

2023

Petz registra lucro líquido de R$ 19,4 mi no 4º trimestre

ARAMIS MERKI II/AE

A Petz encerrou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido ajustado de R$ 19,428 milhões, um recuo de 22% na comparação com o apurado em igual intervalo de 2022.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado somou R$ 66,75 milhões entre outubro e dezembro, queda de 3,5% na comparação anual. Já a receita líquida de vendas de mercadorias e serviços cresceu 4,1% ante um ano antes, para R$ 820,59 milhões.

O resultado financeiro no último trimestre de 2023 ficou positivo em R$ 2,313 milhões, queda em relação aos R$ 13,022 milhões de igual intervalo em 2022, relata a rede de pet shop no balanço divulgado nesta quinta-feira, fruto das maiores despesas financeiras relacionadas à entrada de dois financiamentos de longo prazo ao longo do primeiro semestre de 2023, informou a empresa.

"Vale ressaltar que no quarto trimestre de 2022, as receitas financeiras incluíram o efeito não caixa de R$ 14,2 milhões referentes ao ajuste a valor justo das parcelas baseadas no preço da ação da Petz no contexto da aquisição da Cão Cidadão, devido à desvalorização das ações no período em questão desde o fechamento da transação. No quarto trimestre de 2023, esse efeito foi de R$ 2,3 milhões", aponta a empresa no release que acomoanha os resultados.

A Petz encerrou o quarto trimestre do ano passado com dívida líquida de R$ 23,189 milhões, com uma alavancagem de 0,1 vez o Ebitda ajustado dos últimos 12 meses, versus -0,3 vez no mesmo período de 2022. A reversão é reflexo dos recursos levantados com a emissão de debêntures e dos financiamentos de longo prazo, indica a companhia.

Manhã Tarde Noite 31º 22º 85% 05:52 18:13 **VERÃO:** Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

OPERAÇÃO

Milicianos são presos com 12 fuzis, granadas e mais de 1.500 munições

Pelo menos quinze milicianos foram presos em uma operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Militar e da Polícia Civil na madrugada de ontem, no Rio de Janeiro. Os paramilitares estavam em quatro carros que foram interceptados pelos policiais na Avenida Brasil, na altura do viaduto Engenheiro Oscar de Brito, em Campo Grande, na zona oeste.

Houve troca de tiros. Seis milicianos foram baleados e levados sob custódia para unidades de saúde. Um homem do bando conseguiu fugir.

Durante a operação foram apreendidos 12 fuzis, sete pistolas, 58 carregadores de fuzil, duas granadas e mais de 1.500 munições. Uma das pistolas recolhidas, uma Glock G22, apresenta o brasão da polícia de Miami, nos EUA, - algo inédito entre as apreensões de armas feitas no Rio de Janeiro, segundo informou a polícia. Os carros usados pelos paramilitares (roubados e clonados) também foram apreendidos, bem como vários coletes à prova de balas semelhantes aos usados por policiais.

Os milicianos presos - oito deles já tinham passagem pela polícia - seriam integrantes do grupo de Rui Estevão, conhecido como Pipito, apontado como sucessor de Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho, nas comunidades de Urucânia e Antares, em Santa Cruz. Zinho era o chefe da milícia na região e está preso desde o dia 24 de dezembro do ano passado, quando se entregou à polícia. Desde então há uma intensa disputa entre grupos criminosos por suas áreas de atuação, que já deixou vários mortos.

A despeito do tiroteio que provocou, a operação de interceptação dos carros, feita após meses de investigação, é considerada uma mudança na forma de atuação das forças de segurança do Rio - normalmente baseada em grandes operações dentro de comunidades, sem alvos específicos. Neste tipo de operação, escolas e postos de saúde são fechadas e, muitos vezes, leva pânico à população.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDEERH-RJ -Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários da empresa, LEADERH CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA, CNPJ n. 15.579.942/0001-43, filiados e não filiados, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Sede do Sindicato no dia, 11/03/2024, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o Acordo de reajuste salarial ano 2024/2025, citada acima **B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$15,00 (quinze reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. **C)** Assuntos gerais. Rio de janeiro, 08/03/2024.

Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDEERH-RJ -Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários da empresa, LET SERVICOS TEMPORARIOS LTDA, CNPJ n. 04.309.524/0001-10, filiados e não filiados, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Sede do Sindicato no dia, 11/03/2024, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o Acordo de reajuste salarial ano 2024/2025, citada acima **B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$15,00 (quinze reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. **C)** Assuntos gerais. Rio de janeiro, 08/03/2024.

Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO.

CNPJ nº 36.095.792/0001-72 - NIRE nº 33.4.0000395-1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) – 19/03/2024

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os 48 (quarenta e oito) cooperados da **TRANSCOOTOUR COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO**, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19/03/2024 na Av. Nova York, 212 – Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª. Convocação às 13h30 com presença de 2/3 de associados, com 2ª Convocação às 14h30 com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 15h30 com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I** - Prestação e aprovação das contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal – exercício 2023, compreendendo: **a)** relatório da gestão; **b)** balanço; **c)** demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal; **II** - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; **III** - Eleição dos membros do Conselho de Administração; **IV** - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **V** - Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina. Rio de Janeiro, 07 de março de 2024.

Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira
Diretor Presidente

TRANSCOOTOUR - COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO.

CNPJ nº 36.095.792/0001-72 - NIRE nº 33.4.0000395-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE) – 19/03/2024

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os 48 (quarenta e oito) cooperados da **TRANSCOOTOUR COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO,** a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19/03/2024 na Av. Nova York, 212 – Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª. Convocação às 16h00 com presença de 2/3 de associados, com 2ª Convocação às 17h00 com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 18h00 com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I** – Alteração do Art. 4º; e Art.4º, §1º, alíneas "c" e "d"; e Art. 4º, §2º e §4º do Estatuto Social; **II** – Alteração do Art. 6º, §3º, alínea "h", e alínea "q", inciso VII ; e alínea "r" do Estatuto Social; **III** – Alteração dos artigos 34, 42,§1º , e 44,§1º e §5º do Estatuto Social; **IV** – Definição dos modelos de veículos conforme Art. 77º do Estatuto Social; **V** – Alteração do Art. 121º (QTU) do Regulamento Operacional; e **VI** – Alteração do Art. 19º do Regulamento Disciplinar. Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira
Diretor Presidente

UNIODONTO DO RIO DE JANEIRO COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
CNPJ Nº 28.958.148/0001-52 – NIRE Nº 33.4.0000086-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA E ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Uniodonto do Rio de Janeiro Cooperativa Odontológica, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 19 do estatuto social da cooperativa, convoca todos os 130 (cento e trinta) sócios cooperados em dia com suas obrigações com a cooperativa, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **19 de março de 2024**, **na Avenida Rio Branco, nº 151, gr. 601, Centro, Rio de Janeiro/RJ**, que será instalada, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos cooperados, às 11hs; em segunda convocação, com 1/2 (metade) mais 1 cooperados, às 12hs; e, em terceira e última convocação com o mínimo de 10 (dez) cooperados presentes, às 13hs; para deliberarem sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA**: Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **1** – Reforma do estatuto social em relação aos seguintes temas: a) Mudança de domicílio da sociedade; b) Forma de integralização de quotas-partes; c) Inclusão de norma sobre legitimidade extraordinária autônoma concorrente da cooperativa para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus sócios cooperados, na forma do art. 88-A da Lei Federal n° 5.764/1971; d) Previsão de possibilidade de convocação de assembleia através da publicação em jornal eletrônico; e) Adequação do art. 27. § 2º; f) Ajuste nas atribuições do cargo de Vice-Presidente; g) Ajuste no procedimento eleitoral; h) Alteração da forma de composição dos fundos e reservas; i) Ajuste na previsão de verbas sucumbenciais em processo arbitral. Em **Assembleia Geral Ordinária: 2 -** Prestação de contas do exercício de 2023, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício de 2023; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e d) parecer do Conselho Fiscal; **3** – Dar destinação às sobras apuradas ou ao rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, na primeira hipótese, as reservas legais obrigatórias; **4** – Eleição dos órgãos do Conselho de Administração; **5 -** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **6 -** Eleição do Delegado e seus suplentes junto a FERJES e a Uniodonto do Brasil; **7 -** Plano de trabalho do exercício em curso, incluindo-se plano de pagamento de perdas já distribuídas e de despesas em aberto; **8** – Assuntos gerais, sem deliberação. **AVISO:** Serão realizados eventuais ajustes de numeração ou congruência entre os dispositivos reformados e a íntegra do Estatuto, assim com eventuais reparos ortográficos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Werther Antonio Lima Fidalgo
Diretor Presidente

Geração Bioeletricidade Holding S.A.

CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89 – NIRE 33.300.323.350

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/02/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 01/02/2024, às 14:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 06, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, Rio Casca Energética S.A.. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Secretário: Srta. Isis Paula Cerinotti. **4. Ordem do Dia: (i)** Ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para avaliar o patrimônio líquido da Companhia; **(ii)** Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Companhia; **(iii)** Deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, aprovando o "*Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tangara Energia S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela Geração Bioeletricidade Holding S.A.*" ; **(iv)** aprovar o aumento do capital social e as alterações estatutárias decorrentes da incorporação da parcela patrimonial cindida; **(vi)** consolidar o estatuto social ("Anexo I"); **(v)** alterar a diretoria da Companhia; e **(vi)** outros assuntos de interesse social da Companhia. **5. Deliberações aprovadas: 5.1.** Ratificar a nomeação dos peritos abaixo identificados, para proceder à avaliação do patrimônio líquido da sociedade cindida, com base no critério do valor patrimonial contábil nesta data: (a) Erica Moraes da Costa Lisboa Ferreira, inscrita no CRC/RJ nº 119.036/O e no CPF nº 707.879.991-72; (b) Paulo Junior da Silva Feliciano, inscrito no CRC/RJ nº 109.435/O e no CPF nº 057.648.277-36; e (c) Jucenaile Correia de Melo, inscrito no CRC/RJ nº 091.748/O-1 e no CPF nº 073.179.187-84. **5.2.** Aprovar o "Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido de Tangará Energia S.A." ("Anexo II – Laudo de Avaliação") elaborado nesta data pelos peritos acima nomeados, que avaliaram em R$485.781.432,01 os valores dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido da Companhia, com base no Balanço Especial de cisão levantado em 31/01/2024. **5.3.** Aprovar a cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela patrimonial cindida pela **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89, NIRE nº 3330032335-0, doravante designada apenas "GBH", de acordo com as condições e pelos motivos e fins descritos no *"Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tangara Energia S.A. e Incorporação da Parcela Cindida Pela Geração Bioeletricidade Holding S.A."* ("Anexo III"). **5.4**. Em decorrência das deliberações anteriores: (a) as 675.555.993 ações ordinárias de titularidade da acionista Tangara Energia S.A. no capital da Companhia serão canceladas; e (b) a incorporação da parcela cindida resultará no aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 72.989.246,14, passando de R$ 374.646.208,97 para R$ 465.459.602,88, mediante a emissão de 675.555.993 ações ordinárias, nominativas, as quais serão atribuídas para os acionistas Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Santo Ivo Energética S.A., Sergio Feijão Filho, Luiz Antonio Machado, Amadeu Zamboni Neto e José Clovis Ribeiro Pinto, exatamente na mesma propoção de participação que estes detêm na Tangara Energia S.A., conforme segue:

Acionista	Quantidade de Ações	Percentual
Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	656.773.810 ON	97,2197445
Santo Ivo Energética S.A.	18.782.147 ON	2,7802502
Sergio Feijão Filho	20 ON	0,0000030
Luiz Antonio Machado	7 ON	0,0000010
Amadeu Zamboni Neto	3 ON	0,0000004
José Clovis Ribeiro Pinto	6 ON	0,0000009

5.5. Em consequência da cisão parcial, com o aumento do capital social da Companhia, aprovada no item 5.3. acima, alterar a redação do artigo 5º do estatuto social, que passa a vigorar nos seguintes termos: *"**Artigo 5º**. O capital social é R$ 465.459.602,88, dividido em 675.555.994 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* **5.6.** Em razão das deliberações ora aprovadas, consolidar a redação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I. **5.7.** Estabelecer que a GBH responderá apenas pelas obrigações que lhe foram transferidas, sem solidariedade com a Companhia, conforme autoriza o § único do artigo 233 da Lei nº 6404/76. **5.8.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação da incorporação, pela Companhia, da parcela patrimonial cindida da Tangara Energia S.A. **5.9.** Para fins de cumprimento de normas da JUCERJ, constitui como Anexo IV, após sua realização, a ata da AGE da Tangará Energia S.A., realizada nesta data, aprovando a sua cisão parcial com incorporação da parcela patrimonial cindida pela Companhia. **5.10.** Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria da Companhia apresentada, em 10/10/2023, pelo Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, eleito em AGO realizada em 20/04/2023 e registrada na JUCERJ nº 0000553135 em 29/06/2023, registrando votos de louvor e agradecimento por toda a sua dedicação e pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **5.11.** Para compor a Diretoria da Companhia, os acionistas resolvem **eleger** o Sr. (i) **Marcio Varella Calux**, portador da CI nº 91875781 DIC/RJ, e do CPF/MF nº 025.917.327-44, para ocupar o cargo de **Diretor sem Designação Específica**, com prazo de gestão de até 01 ano a contar da data que ocorreu a AGO que aprovou as contas do exercício social encerrado em 31/12/2022. **5.11.1.** O Diretor, ora eleito, presente à Assembleia, declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **5.12.** Em razão da deliberação acima aprovada, a Diretoria da Companhia fica assim composta, com prazo de gestão de até 01 ano a contar da data que ocorreu a Assembleia que aprovou as contas do exercício social encerado em 31/12/2022: no cargo de Diretor Presidente: **Fernando Mano da Silva**, no cargo de Diretor Vice-Presidente: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, e no cargo de Diretor sem Designação Específica: **Marcio Varella Calux**. **5.13.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro, RJ, 01/02/2024. Ass.: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa; **Isis Paula Cerinotti** – Secretária Designada. **Estatuto Social Consolidado: Capítulo I – Sede, Objeto e Duração: Denominação e Características: Artigo 1º.** A **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (doravante apenas "Bioeletricidade Holding" ou Companhia) é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências: Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, CEP 22.775-028, podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação da Diretoria. **Objeto Social: Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades. **Duração: Artigo 4º.** O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações: Do Capital Social: Artigo 5º.** O capital social é R$ 465.459.602,88, dividido em 675.555.994 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Das ações: Artigo 7º.** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Integralização: Artigo 8º.** O acionista subscritor de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% ao ano, de correção monetária com base na variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% do valor das prestações em atraso. **Capítulo III – Da Assembleia Geral – Competência: Artigo 9º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 10.** É de competência exclusiva da Assembleia Geral a deliberação sobre as seguintes matérias: I – Aprovação do plano anual e plurianual de negócios, orçamentos anuais, planos operacionais e de investimento da Companhia; II. Obtenção do registro da Companhia como companhia aberta, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, e realização de oferta pública ou privada de ações ou de quaisquer outros valores mobiliários da Companhia; III. Escolha e destituição dos auditores externos independentes da Companhia; IV. Aprovação de qualquer operação entre a Companhia e seus acionistas, diretos ou indiretos, administradores e funcionários, seus respectivos cônjuges, parentes até o segundo grau, ou, ainda, suas respectivas afiliadas; V. Aprovação de aquisição de ações emitidas pela Companhia, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação; VI. Criação de nova classe de ações; VII. Aumento ou redução do dividendo previsto no Estatuto Social; VIII. Realização de qualquer ato gratuito, liberalidade ou concessão em favor de qualquer credor; IX. Outorga de garantia pela Companhia a terceiros, seja real ou fidejussória; X. Fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria da Companhia e aprovação de qualquer plano de compensação e benefícios aos diretores; **Instalação: Artigo 11.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. **§ 1º.** Caberá a Assembleia Geral escolher o presidente e o secretário para compor a mesa que dirigirá os trabalhos. **§ 2º.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste Estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **AGO: Artigo 12.** Anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada AGO, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei n. º 6.404/76. **AGE: Artigo 13.** A AGE reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia: Artigo 14.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 6 diretores, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§ 1º.** Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até que seus sucessores sejam empossados. **§ 2º.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões: Artigo 15.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **§ 1º.** As reuniões serão convocadas por meio de aviso escrito, via carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **§ 2º.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **§ 3º.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **§ 4º.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Companhia: Artigo 16.** A representação ativa e passiva da Companhia será exercida por 2 Diretores conjuntamente, por 1 Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 procuradores em conjunto. **§ 1º.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **§ 2º.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 17.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **§ único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. **Competência: Artigo 18.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, e à plena realização do seu objeto social, incluindo: I – Deliberar sobre a abertura, mudança, encerramento ou alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia, em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais; e II – Submeter à apreciação da Assembleia Geral deliberação sobre as matérias listadas no Artigo 10 deste Estatuto Social. **Artigo 19.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **§ único.** Em suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor Presidente indicará um dos demais diretores para substituí-lo. **Artigo 20.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração: Artigo 21.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capitulo V – Do Conselho Fiscal: Composição e Funcionamento: Artigo 22.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 23.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira AGO após a sua instalação. **Artigo 24.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social: Artigo 25.** O exercício social terá a duração de 1 ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras: Artigo 26.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei no 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembléia Geral. **§ único.** As demonstrações contábeis da Companhia serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Destinação dos Resultados: Artigo 27.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º.** Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º.** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **§ 3º.** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários: Artigo 28.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o art. 204, § 1º da Lei nº 6.404/76. **§ 1º.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 2º.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 29.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **§ único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII: Arbitragem: Artigo 30.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio da arbitragem administrada pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o regulamento da Câmara. **§ 1º.** A arbitragem ficará a cargo de tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 árbitros a serem nomeados nos termos do regulamento da Câmara, devendo a Parte requerente nomear um árbitro e a Parte requerida nomear outro árbitro, sendo que o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, será nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instalação de arbitragem multilateral, ou seja, procedimento arbitral composto por mais de dois polos em litígio. Será permitida, contudo, a presença de mais de uma parte, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em cada pólo. **§ 2º.** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara. **§ 3º.** A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado o julgamento por equidade. **§ 4º.** As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes, delas não cabendo qualquer recurso, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. **§ 5º.** Ressalvadas as disposições em contrário que constem na decisão arbitral, cada Parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro por ela indicado, e os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro serão rateadas na proporção de 50% para cada uma. Caso haja mais de uma parte em um dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados ao referido pólo serão rateados em igualdade de condições entre tais partes. **§ 6º.** Em face do disposto nesta Cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e implementada por meio de requerimento do tribunal arbitral ao juiz estatal competente; ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela Parte requerida. **§ 7º.** As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem, mesmo após seu encerramento. **Capítulo VIII – Disposições Finais: Artigo 31.** A Companhia manterá disponíveis para consulta e inspeção os contratos celebrados com partes relacionadas, os acordos de acionistas e os programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes. **Artigo 32.** Em caso de abertura do capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos I a IV do § 4º do artigo 2º da Instrução CVM nº 391, de 16/07/2003, conforme alterada de tempos em tempos. **Artigo 33.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral. Rio de Janeiro, RJ, 01/02/2024. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa; **Isis Paula Cerinotti** – Secretária Designada. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 05/03/2024 sob o número 00006115597 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo: 2024/00220556-8 de 04/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

VERÃO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 06:03 18:29

Acionista

TOP BUSINESS

Por Ediana Avelar

Mulheres, avante!

O ecossistema de criptomoedas tem um futuro promissor. Em dezembro de 2023 foram mais de US$ 3 trilhões investidos em capitalização, demonstrando a força da moeda digital às transações e futuros negócios no mundo. Mais de meio bilhão de pessoas se tornaram novos usuários ou proprietários de criptomoedas, segundo relatório da Crypto.com. E as investidoras são também as responsáveis por esse crescimento. Uma pesquisa realizada pela exchange Bitso revelou que no Brasil 34% dos investidores em criptomoedas são mulheres, um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Em entrevista ao Cointelegraph Brasil, Gracy Chen, Diretora Administrativa da Corretora Bitget, contou que o aumento de interesse feminino é devido à crescente conscientização, iniciativas educacionais e perda do medo das mulheres nesse tipo de investimento.

... Mais créditos às mulheres

Ali Lubascher, presidente da BPW Brasil (Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil) vai representar as mulheres brasileiras na sede da ONU, em Nova Iorque, durante a 68ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW). Ali levará como colaboração ao debate o tema "crédito para mulheres". "Existe uma preferência no empréstimo às mulheres no Brasil porque comprovadamente estas se responsabilizam pela dívida de forma a pagar com antecedência e até mesmo antecipando, em muitos casos, a quitação do saldo devedor", explica Ali com base na pesquisa lançada em 2023 pelo Sicredi, instituição financeira cooperativa do Brasil.

Top da Inovação

Duda Davidovic, um dos principais nomes da inovação no Brasil, é a nova Superintendente de Design e Inovação do Cartão Elo. A profissional, com passagens pelo Google e L'oreal, está há 5 anos na Elo e é responsável por projetos disruptivos e mudanças aceleradas da bandeira de cartões.

Mais potência feminina nas indústrias

Pesquisa realizada pela multinacional italiana de Recursos Humanos Gi Group em 2023 mostra que 58% das indústrias devem aumentar nos próximos 5 anos a contratação de mulheres no Brasil, o maior índice entre os seis países pesquisados (China, Alemanha, Itália, Polônia, Brasil e Reino Unido). A Aperam South América lançou em 2021o Programa de Inclusão com Diversidade e, desde então, tem aumentado a contratação de mulheres e buscado impulsionar a presença delas em cargos de liderança para fortalecer a equidade de gênero em posições tradicionalmente só ocupadas por homens.

Maioria nos cargos de liderança

A Recovery, empresa do Grupo Itaú e líder em recuperação de crédito no Brasil, não apenas lidera o mercado em termos de volume, mas também na vanguarda da inclusão e diversidade de gênero. A empresa orgulha-se de ter 51% dos seus cargos de liderança ocupados por mulheres, representando uma expressiva participação feminina na gestão.

O agro é top com as mulheres

As mulheres são responsáveis por 34% dos cargos gerenciais no agronegócio brasileiro, de acordo com pesquisa da FGV (2018). Ainda segundo o levantamento, elas já comandam mais de 30 milhões de hectares de propriedade rurais, ou seja, 21% das fazendas no Brasil. Conforme Emília Ferreira, do universo do agro pela Pivot, a presença das mulheres tem trazido melhorias para o ambiente de negócios, com melhores processos operacionais, mais capacitação, uma visão de maior cuidado, empatia e ação conciliadora.

Mentorias contábeis às empresárias

A Auddas disponibilizará mentoria gratuita para 10 mulheres empresárias na área de contabilidade em comemoração ao Dia da Mulher. A ação vai até o dia 15 de março. As informações de como participar estarão disponíveis no site: https://conteudo.auddas.com/mulheres-empreendedoras ou pelo Instagram da empresa.

Somos apaixonadas pelo intercâmbio

A CP4 Cursos no Exterior, sob a liderança visionária de Ana Beatriz Faulhaber e sua filha Fabiana Senra, testemunhou um crescimento de 5% nos negócios, sinalizando uma clara retomada do interesse em programas educacionais internacionais. A empresa, que completa 34 anos em 2024, adota o lema "Somos apaixonadas pela capacidade de superar obstáculos, de quebrar paradigmas e de experimentar novos conceitos. Somos apaixonadas pela transformação do Ser Humano, pela evolução, autoconhecimento, amadurecimento e adaptação. Somos apaixonadas pelo Intercâmbio."

A pioneira do branding no Brasil

Primeira profissional no Brasil a trabalhar com os conceitos, estratégias e técnicas de branding para aumentar o valor das marcas, Ana Couto, CEO da Ana Couto Comunicação, lançou na Livraria Travessa Iguatemi, em São Paulo, seu novo livro editado pela Gente Editora **A (R)Evolução do Branding**. Para a designer "Revolucionar é sobre impacto, é sobre gerar conversa, mas principalmente fazer pontes para evoluirmos e por isso acreditarmos no agora. Acredito muito nas orientações e nas pessoas porque no final do dia a revolução do branding é esperançar". No ano passado sua agência participou do rebranding da icônica marca Brastemp, com a tagline "Brastemp. É outro mundo", cujo propósito é o de "mudar na casa para mudar o seu mundo".

CÍVICO-MILITAR

Tarcísio envia projeto à Alesp para criar escolas e 'empregar militares'

RARIANE COSTA/AE

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo recebeu ontem, um projeto de Lei encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que propõe a criação do "Programa Escola Cívico-Militar". Instituições que adotam esse modelo compartilham o gerenciamento entre civis e militares, nesse caso, representados pela Secretaria da Educação e Secretaria da Segurança Pública.

De acordo com o governo do Estado, o objetivo dessa atuação híbrida é "complementar as ações pedagógicas e compartilhar com os estudantes valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito".

Ainda que a atual proposta a ser enviada para avaliação dos deputados descreva um modelo de gestão compartilhada, instituições totalmente geridas por militares também devem ser propostas em breve. "A gente não quer ficar só na escola cívico-militar, também temos o projeto de criar em São Paulo o Colégio da Polícia Militar", afirmou Tarcísio em nota divulgada pelo governo do Estado.

No modelo que hoje será proposto, a Secretaria da Segurança Pública será responsável por indicar policiais militares da reserva que atuarão como monitores, desenvolvimento de atividades extracurriculares na modalidade cívico-militar, organização e segurança. Enquanto a Secretaria da Educação será encarregada do currículo das escolas, formação de professores e adequação dos prédios.

– O projeto será direcionado a escolas com índices de rendimento inferiores à média estadual, atrelados a taxas de vulnerabilidade social e fluxo escolar.

– De acordo com o governo do Estado, o modelo só será implantado a partir do consentimento das comunidades escolares, que serão ouvidas por meio de consultas públicas.

– A quantidade de unidades a serem contempladas não foi informado pelo governo.

"O projeto de escola cívico-militar não impõe. A gente vai sugerir algumas escolas, a comunidade vai votar e, de acordo com a votação de pais de alunos e professores, a gente transforma a escola em cívico-militar com policiais militares da reserva que vão atuar na disciplina e no civismo, mas não na parte pedagógica", disse o governador em nota.

As escolas poderão ser implementadas em prédios escolares já existentes ou a serem construídos e unidades municipais de ensino também poderão aderir à iniciativa.

DROGARIAS

Polícia prende homem que roubava medicamentos caros

Os policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) prenderam, na terça-feira, um homem apontado como um dos mais atuantes em ataques a drogarias na cidade de São Paulo. A prisão aconteceu na região do Brás, na região central. No momento do flagrante, o suspeito estava com medicamentos de alto custo, que foram roubados no bairro Vila Saúde, na zona sul.

As investigações da 5ª Delegacia do Patrimônio avançaram após a prisão de outro envolvido no esquema criminoso, no domingo passado. Com as novas informações, os agentes identificaram mais um integrante do bando que estava em uma hospedagem no centro da cidade. Os policiais foram até o local na terça-feira e flagraram o homem deixando a pensão com um saco plástico e entrando num carro.

Na abordagem, o suspeito tentou fugir, mas foi contido. Na embalagem, os policiais apreenderam os medicamentos que constavam como roubados, além de um simulacro de revólver.

Todos os itens foram apreendidos, e o suspeito foi autuado por roubo qualificado, ameaça, resistência, desacato e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

ROUBO A BANCOS

Polícia prende criminoso com fuzis, drogas e carros blindados

A Polícia Civil prendeu um criminoso com drogas, armamento pesado e carros blindados na noite de quarta-feira, em Itapevi, na Grande São Paulo. A polícia acredita que o material fazia parte do acervo de uma quadrilha envolvida em invasões de cidades para roubar bancos.

Os agentes da 1ª Delegacia do Patrimônio, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), identificaram durante as investigações que dois suspeitos da cidade paulista teriam liderado um assalto a banco ocorrido no município paranaense de Guarapuava, em 2022.

Com as informações do local usado pelo bando para esconder as armas, as equipes do Deic deram apoio ao cerco do imóvel no bairro Quatro Encruzilhadas. Assim que entraram na casa, os policiais perceberam que um suspeito pulou o muro dos fundos, mas uma equipe conseguiu detê-lo.

Na casa foi encontrado um arsenal com quatro fuzis calibre 5.56, um fuzil calibre 7.62, uma carabina e uma submetralhadora de calibre 9 milímetros, duas pistolas 9 milímetros, uma pistola calibre 6.35, um revólver calibre 38 e 21 carregadores. O material ainda contava com três coletes balísticos, dois coldres e uma mira telescópica.

O bando também armazenava 16 tabletes de maconha, 18 sacos contendo cocaína e um saco com crack. Os policiais apreenderam dois carros blindados de luxo, seis placas de veículos, quatro cartões bancários, três chips e documentos.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 33300269011
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024
LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua São Francisco Xavier, nº 603, 4º andar - parte, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, às 10:00 horas. **QUORUM**: Presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social. **MESA**: Presidência do Sr. Vinicius Leite Correa e secretariado pelo Sr. Luciano Reis da Silva. **CONVOCAÇÃO**: Publicação dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da companhia. **ORDEM DO DIA**: Alterar o local da matriz da Companhia, registrada no CNPJ sob nº 04.743.858/0001-05, da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo. **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE**: Aprovada por unanimidade de votos, a aprovação da alteração do endereço da matriz da Companhia, registrada no CNPJ sob nº 04.743.858/0001-05, com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, em Rua São Francisco Xavier, nº 603, 4º andar - Parte, Maracanã, CEP nº 20550-011, para o endereço no município de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 1º Andar, Vila Olímpia, CEP nº 04547-006. **ENCERRAMENTO**: Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 04/03/2024, sob o número 3530063337-7.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 69ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim BIBI, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário") e **PIRELLI PNEUS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Nadir Dias de Oliveira, nº 2801, Cidade Satélite Íris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.179.838/0001-37 ("Devedora"), em consonância com o disposto na cláusula 11.2 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("AEI"), a realizar-se no dia 28 de março de 2024, às 10:00 (dez) horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AEI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alterar a definição de "Preço de Integralização", constante da cláusula 1.1.1 do *Termo de Securitização*, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Preço de Integralização: É o preço de integralização dos CRI, que será o correspondente ao Valor Nominal Unitário dos CRI na Data de Integralização. Caso os CRI sejam integralizados em mais de uma data, o preço de integralização dos CRI deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Emissão ou da última Data de Aniversário, conforme aplicável, até a Data de Integralização efetiva, bem como a Atualização Monetária, *pro-rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Aniversário, conforme aplicável. Até a Data de Integralização efetiva;" (ii) Autorizar a Securitizadora, o Agente Fiduciário, e as demais Partes relacionadas a Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI Pirelli", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI.
São Paulo, 08 de março de 2024.
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CONSTRUÇÃO

Novo PAC projeta 1,8 mil UBS e 36 maternidades

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O governo federal anunciou ontem os projetos a serem atendidos pelos R$ 23 bilhões previstos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saúde, educação, esporte e cultura. Na Saúde, os planos incluem a entrega de 1,8 mil novas unidades básicas de saúde (UBS), 36 maternidades e 50 policlínicas regionais, além de novas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Está prevista ainda a construção de 30 novos centros de parto normal, 150 centros de atenção psicossocial (CAPS) e 20 centros especializados em reabilitação, além da aquisição de 400 novas unidades odontológicas móveis e 14 centrais de regulação do Samu. Durante o lançamento do novo PAC, em Brasília, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou a necessidade de um "SUS fortalecido", referindo-se ao Sistema Único de Saúde.

"No caso do PAC Saúde, que é uma grande conquista e um grande desafio também, nós estaremos trabalhando com o fortalecimento do cuidado em relação à nossa população. Essa é a orientação principal", disse. "Governar é cuidar. Precisamos de um Brasil bem cuidado, de um SUS fortalecido", completou, ao citar que houve grande adesão de estados e municípios no envio de propostas para o setor.

DETALHAMENTOS: UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Para aumentar a oferta de serviços de atenção primária à saúde em regiões referidas pelo próprio ministério como com vazios assistenciais, o novo PAC prevê a construção de 1,8 mil unidades básicas de saúde (UBS) em 1.514 municípios com maior vulnerabilidade social e econômica. O investimento amplia a cobertura da Estratégia Saúde da Família, beneficiando 8,6 milhões de pessoas com maior acesso a consultas médicas, exames, radiografias e outros procedimentos.

MATERNIDADES

O novo PAC amplia a oferta de atendimento ambulatorial e de urgência e emergência ginecológica e obstétrica 24 horas em todo país por meio da construção de 36 novas maternidades. Os equipamentos se localizam, prioritariamente, em macrorregiões de saúde com maiores índices de mortalidade materna. As maternidades incluem, em sua infraestrutura, centros de Parto Normal, fortalecendo as estratégias de humanização dos serviços e de assistência ao trabalho de parto, ao parto, ao puerpério e aos cuidados com o recém-nascido.

POLICLÍNICAS

Está prevista a construção de 55 novas policlínicas regionais que vão beneficiar 19,2 milhões de pessoas. A estrutura expande a cobertura do atendimento com médicos de diferentes especialidades, definidas com base no perfil epidemiológico da população em regiões com vazios assistenciais. Haverá ainda realização de exames gráficos e de imagem com fins diagnósticos e pequenos procedimentos.

CENTROS DE PARTO NORMAL

O novo PAC vai construir 30 centros de parto normal, ampliando a oferta de serviços de assistência ao trabalho de parto, puerpério e cuidados com o recém-nascido, como estratégia para reduzir as taxas de mortalidade materna. As macrorregiões de saúde brasileiras com índices de maior vulnerabilidade foram priorizadas. Os centros de parto normal se localizam próximos às maternidades referenciadas na macrorregião.

NOVAS AMBULÂNCIAS

A frota de ambulâncias de serviços já existentes do Samu 192 será expandida com 350 novos veículos em 224 municípios de 14 estados, melhorando o atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência. De acordo com o Ministério da Saúde, as novas ambulâncias ampliam a cobertura do Samu em mais de 6,6 milhões de brasileiros, com crescimento da cobertura de 87,3% para 90,4% da população.

CENTRAIS DE REGULAÇÃO DO SAMU

O novo PAC prevê 14 centrais de regulação do Samu 192 em regiões com vazios assistenciais do serviço de atendimento móvel de urgência. As regiões contempladas com as novas unidades vão receber 187 ambulâncias para qualificar seu funcionamento. As unidades federativas com novas centrais de regulação passam a ter cobertura Samu ampliada de 78,6% para 90,4%, com destaque para universalização do serviço no Rio de Janeiro, Pará, Amapá, Paraná e em Mato Grosso.

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Também está prevista a construção de 150 novos centros de atenção psicossocial (CAPS), que oferecem serviços de assistência à saúde mental, em regiões com vazios assistenciais e de baixa cobertura. As unidades atendem pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais graves e persistentes. A prioridade do governo será a oferta de atendimento 24 horas.

CENTROS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO

O novo PAC vai construir 20 centros especializados em reabilitação (CER). O aumento na oferta de tratamento, reabilitação, habilitação, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva permite que 77 regiões de saúde passem a ter cobertura total dos serviços para pessoas com deficiência e que 171 regiões ampliem sua cobertura. Os centros serão distribuídos entre 20 municípios que apresentavam maior vazio assistencial para esse tipo de serviço.

OFICINAS ORTOPÉDICAS

Vinte novas oficinas ortopédicas serão construídas pelo PAC em 20 municípios para a ampliação de serviços de confecção, adaptação e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção não cirúrgicos, em municípios com vazio assistencial absoluto de oficinas ortopédicas. Das 20 propostas selecionadas, três estão em estados que terão as primeiras unidades implantadas no SUS: Roraima, Amapá e Sergipe. Ao final, 79 regiões de saúde vão passar a contar com os serviços – uma ampliação da cobertura de 4% no país.

UNIDADES ODONTOLÓGICAS MÓVEIS

Por fim, o novo PAC amplia os serviços de saúde bucal com a aquisição de 400 unidades odontológicas móveis, para 395 municípios e o Distrito Federal. Os veículos são equipados para fornecer atendimento odontológico, prioritariamente em áreas remotas ou de difícil acesso. O aumento da oferta, de acordo com o Ministério da Saúde, supera 48% do total de unidades entregues em anos anteriores.

STF

Ministra diz que mulheres continuam em desvalor

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que as mulheres continuam em posição de desvalor profissional e social no país.

Na abertura da sessão de ontem, ela discursou em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje. Na avaliação da ministra, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, as mulheres não desfrutam da igualdade de gênero em direitos e obrigações.

"A Justiça é representada por uma mulher. A República moderna da França é uma mulher. A própria ideia de Justiça, democracia com a balança, é feminina. No entanto, nós continuamos em desvalor profissional, social e econômico", afirmou.

Cármen Lúcia acrescentou que a "construção conjunta" da sociedade prevista pela Carta Magna continua sendo negada às mulheres. A ministra fez referência aos dados da violência de gênero no país e lembrou que o país registrou 1,7 mil feminicídios no ano passado.

"Dizem que fomos silenciosas historicamente. Mentira. Fomos silenciadas, mas sempre continuamos falando, embora muitas vezes não sendo ouvidas", afirmou.

Após a fala da ministra, o Supremo iniciou o julgamento de uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para impedir que mulheres vítimas de crimes sexuais sejam tratadas de forma indigna durante a tramitação de processos. A procuradoria quer impedir a desqualificação moral de mulheres que denunciam crimes sexuais.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Lula pede projeto para IA, diz que não faltará dinheiro

CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem, que o governo quer a elaboração de um projeto para inteligência artificial e que, se a proposta for boa, não faltará dinheiro para implementá-la. Ele também sugeriu o sistema funcione em português e espanhol.

"Eu queria pedir ao Conselho de Ciência e Tecnologia para aproveitar esses três anos de mandato que eu tenho, em que vocês jamais terão mais liberdade de pensar e agir do que no meu governo, para a gente poder definir uma política concreta de inteligência artificial para esse País", disse o presidente da República.

"Muitas vezes a gente deixa de fazer as coisas porque a gente pensa demais, fala demais, teoriza demais e executa de menos", afirmou Lula.

"Pedro Sánchez primeiro-ministro da Espanha me fez uma proposta que eu achei extremamente interessante. Ele fez a proposta para que o Brasil e a Espanha fizessem uma parceria para que a gente criasse uma inteligência artificial nas nossas línguas, portuguesa e espanhola, para a gente não ficar a reboque dos outros que estão na nossa frente", disse o presidente.

"Quando a proposta estiver concreta a Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia certamente vai dizer que não tem dinheiro. Ela vai conversar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, certamente o Haddad vai dizer temos que levar em conta, porque tem aí o marco fiscal", afirmou o petista.

"Deixa eu falar uma coisa para vocês: não há hipótese de vocês terem um bom projeto que a gente não arrume dinheiro. Não há hipótese. O discurso não faz o dinheiro, mas o projeto faz dinheiro", declarou Lula. Ele disse que quer ver os primeiros esboços da ideia em três meses.

CONGRESSO

Câmara elege presidentes de 19 comissões permanentes

JULIA CAMIM/AE

Dezenove das 30 comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram na quarta-feira passada, os seus novos presidentes. O mandato é de um ano, e os partidos que comandariam cada comissão foram definidos previamente pelos líderes partidários de forma proporcional.

Em ordem cronológica, foram escolhidos os seguintes deputados para presidir cada comissão:

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Deputado Vicentinho Júnior (PP-TO), com 28 votos. O parlamentar, que está em seu terceiro mandato, é vice-presidente na Região Norte da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e vai presidir a comissão que debate temas da política agrícola, agricultura e pesca, questões fundiárias, reforma agrária e direito agrário.

Comissão de Viação e Transportes da Câmara: Deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), que recebeu 16 dos 18 votos. O bispo da Igreja Universal do Reino de Deus está em seu segundo mandato e agora preside a comissão que vota propostas relacionadas ao sistemas de transportes em geral, exploração dos serviços de transportes e segurança, política, educação e legislação de trânsito e tráfego.

Comissão de Finanças e Tributação: Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), eleito por unanimidade com 25 votos. O parlamentar, que está em seu terceiro mandato, relatou a mudança constitucional que aumentou de 65 para 70 anos a idade máxima dos juízes e ministros de tribunais regionais federais e de tribunais superiores. Ele preside agora a comissão responsável pelo controle orçamentário e financeiro das propostas que tramitação na Câmara.

Comissão de Saúde: Deputado Dr. Francisco (PT-PI), que recebeu 28 votos. O novo presidente é médico e cumpre o primeiro mandato. Em 2024, apresentou o Projeto de Lei 529/24, que prevê a Política Nacional de Combate à Dengue, Febre de Chikungunya e Febre Zika. A comissão debate temas que envolvem o Sistema Único de Saúde (SUS), campanhas de saúde, vigilância epidemiológica, instituições privadas de saúde, atividades médicas e patentes de fármacos.

Comissão de Desenvolvimento Econômico: Deputado Danilo Forte (União-CE), eleito com 12 votos. O parlamentar cumpre o terceiro mandato e é membro da Comissão de Minas e Energia, além de coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Energias Renováveis. Preside agora a comissão que vota propostas voltadas para a produção, políticas de importação e exportação, regimes aduaneiros, privatização e cooperativismo.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), que recebeu 25 votos. Ele foi secretário de Minas e Energia do Rio Grande do Sul em 2015 e é vice-líder do bloco União-PP-Federação PSDB-Cidadania-PDT-Avante-Solidariedade-PRD. A comissão aborda a política externa, como tratados e acordos internacionais, e a política de defesa nacional, como assuntos das Forças Armadas.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania: Deputada Caroline de Toni (PL-SC), eleita com 49 votos. Em seu segundo mandato, preside a comissão responsável por tratar de temas constitucionais e analisar a técnica legislativa dos projetos. Além disso, cuida dos assuntos de natureza jurídica e responde consultas feitas pelo presidente da Câmara, pelo plenário ou por outras comissões.

Comissão de Indústria, Comércio e Serviços: Deputado Josenildo (PDT-AP). Servidor público em seu primeiro mandato, o parlamentar integra a bancada negra e preside a comissão que debate as propostas relacionadas à política e atividade industrial e comercial, regime jurídico das empresas, direito comercial, registro de comércio e prestação de serviços (exceto os de natureza financeira).

Comissão do Esporte: Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), com 15 votos. O parlamentar foi ministro dos Transportes durante o segundo governo de Dilma Rousseff (PT), senador entre 2012 e 2014, e vereador de São Paulo entre 2001 e 2012. Ele preside a comissão que discute o sistema desportivo nacional, sua organização, políticas de educação física e desportiva e justiça desportiva.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: Deputado Alberto Fraga (PL-DF), com 27 votos. Ele está em seu quinto mandato, é vice-líder do PL e coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública. A comissão debate temas como tráfico de drogas, contrabando, crime organizado, sequestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana.

Comissão de Defesa do Consumidor: Deputado Fabio Schiochet (União-SC), que recebeu 14 votos. Em 2023, foi presidente da Comissão de Minas e Energia. Já foi vice-líder do PSL e, atualmente, preside o União Brasil de Santa Catarina. A comissão vota propostas relativas à economia popular, repressão ao abuso do poder econômico, relações de consumo, defesa dos consumidores, composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência: Deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), com 13 votos. Em seu quarto mandato, o parlamentar já foi vereador de Uberlândia (MG) e duas vezes deputado estadual em Minas Gerais. A comissão aborda iniciativas de interesse das pessoas com deficiência, avalia denúncias relativas à violação de seus direitos e acompanha pesquisas sobre o tema.

Comissão de Educação: Deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que recebeu 22 dos 37 votos. Ele foi o deputado federal mais votado em 2022 e antes ocupou o cargo de vereador em Belo Horizonte. Preside a comissão responsável por discutir assuntos da educação em geral, política e sistema educacional, direito à educação e recursos humanos e financeiros para o setor.

DOENÇA

Fiocruz: casos de SRAG sobem em todo o país

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O número de novos casos semanais de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) aumentou em todo o país, aponta o boletim Infogripe, divulgado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Todas as regiões mostram crescimento, mas com distinção quanto aos vírus respiratórios. No Centro-Sul prevalece a Covid-19. As regiões Sudeste e Sul, no entanto, além da Covid, tem quadro de influenza (vírus da gripe), demonstrando uma cocirculação. No Nordeste e no Norte, a influenza também registra aumento, especialmente na população adulta.

O novo cenário mostra ainda que o vírus sincicial respiratório (VSR) reapareceu em diversos estados, afetando crianças pequenas e idosos. Referente à Semana Epidemiológica (SE) 9, de 25 de fevereiro a 2 de março, a análise tem como base dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até 4 de março.

Além do aumento do número de casos de covid-19 e de influenza nas últimas semanas, o coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, alerta para o crescimento do vírus sincicial respiratório, que afeta mais crianças e idosos.

"Vemos o aumento desse impacto principalmente em crianças pequenas, de até 2 anos de idade, mas sabemos também que os idosos têm risco de vir a falecer por conta do VSR. Então, com a retomada desse vírus, tanto crianças pequenas quanto idosos têm que ficar atentos. E o VSR, em particular, vemos em todas as regiões do país com sinal de retomada, o que pode naturalmente estar associado justamente à volta às aulas, sendo um grande facilitador. É um cenário que requer bastante atenção", disse Gomes.

Nos casos de covid-19 e gripe, Gomes destacou que aplicação de vacinas é uma das principais ações a serem adotadas. "Além disso, é bom lembrar que o uso de boas máscaras (N95 e PFF2) funciona para qualquer um desses vírus.

ALIANÇA MILITAR

Suécia adere finalmente à Otan, após Hungria retirar veto

A Suécia aderiu formalmente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) ontem, como o 32º membro da aliança militar transatlântica, encerrando décadas de neutralidade após a Segunda Guerra Mundial, à medida que as preocupações de segurança na Europa aumentaram após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022.

O primeiro-ministro sueco, Ulf Kristersson, e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, presidiram a cerimônia em que o "instrumento de adesão" da Suécia à aliança foi oficialmente encaminhado ao Departamento de Estado dos EUA. A adesão acontece após a retirada dos bloqueios feitos por Hungria e Turquia à entrada sueca.

A Casa Branca disse que ter a Suécia como aliada da Otan "tornará os Estados Unidos e os nossos aliados ainda mais seguros".

"A OTAN é a aliança defensiva mais poderosa da história do mundo e é hoje tão crítica para garantir a segurança dos nossos cidadãos como era há 75 anos, quando a aliança foi fundada a partir dos destroços da Segunda Guerra Mundial", afirmou a Casa Branca em comunicado. O Secretário-Geral da Otan, Jens Stoltenberg, descreveu o evento como "um dia histórico".

O Artigo 5º do tratado da Otan obriga todos os membros a ajudar um aliado cujo território ou segurança esteja sob ameaça. Este artigo só foi ativado uma vez - pelos EUA após os ataques de 11 de setembro de 2001 - e é a garantia de segurança coletiva que a Suécia tem procurado desde que a Rússia invadiu a Ucrânia.

A adesão da Suécia já vem sendo debatida há tempos, mas a proposta vinha sendo bloqueada por objeções dos membros da Otan Turquia e Hungria. A Turquia manifestou preocupação pelo fato da Suécia não tomar medidas suficientes contra grupos curdos que considera terroristas, e o presidente da Hungria, Viktor Orban, demonstrou sentimento pró-Rússia e não partilhou a determinação da aliança em apoiar a Ucrânia. Após meses de atraso, a Turquia ratificou a admissão da Suécia no início deste ano, e a Hungria também ratificou nesta semana.

CRESCIMENTO

China diz que EUA tentam 'sabotar' ascensão do país

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, acusou os Estados Unidos de elaborarem táticas para suprimir a ascensão internacional do país e criticou o governo do presidente Joe Biden por adicionar mais empresas chinesas às suas listas de sanções.

"Se os EUA sempre dizem uma coisa e fazem outra, onde está sua credibilidade como grande potência? Se os EUA ficam nervosos e ansiosos quando ouvem a palavra 'China', onde está sua confiança como grande potência?", afirmou Wang, em comentários à imprensa durante o Congresso Nacional do Povo, em Pequim. "Se os EUA estiverem obcecados em reprimir a China, acabarão prejudicando a si mesmos."

De acordo ele, as relações da China com os EUA melhoraram desde que os presidentes Xi Jinping e Joe Biden se reuniram em novembro, mas os Estados Unidos não cumpriram suas promessas. Nas últimas semanas, os EUA e a União Europeia (UE) ampliaram sanções contra empresas e indivíduos da China, alegando principalmente apoio ao esforço de guerra da Rússia.

No campo geopolítico, Wang acusou os Estados Unidos e aliados de alimentar tensões em Taiwan e no mar do sul da China, sem citá-los por nome. Os países que insistem em manter laços oficiais com Taiwan estão interferindo nos assuntos internos da China e "para provocações irracionais, tomaremos contramedidas justas", afirmou o ministro.

A China continuará trabalhando pela reunificação pacífica de Taiwan, disse Wang, mas alertou que qualquer pessoa que apoie a independência de Taiwan pagará um preço. A maioria dos taiwaneses prefere permanecer separada da China sem antagonizá-la, por medo de que o governo chinês possa colocar em risco suas liberdades e democracia, principalmente depois da repressão da China a Hong Kong.

Wang também exigiu que os membros do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) parem de impedir que a Palestina se torne membro do órgão internacional, como um primeiro passo para a criação de um Estado palestino e concretizar uma solução de dois Estados para os conflitos no Oriente Médio.

GUERRA NO ORIENTE

Conversas sobre cessar-fogo recomeçam na próxima semana

O grupo Hamas afirmou ontem que sua delegação deixou o Cairo (Egito) e que as conversas sobre um cessar-fogo na Faixa de Gaza e a libertação de reféns devem ser retomadas na próxima semana. Com isso, é extremamente improvável que mediadores consigam um acordo antes do feriado sagrado muçulmano do Ramadã.

Autoridades do Egito haviam dito antes que as negociações estavam em um impasse, ante a demanda do Hamas por um processo em etapas que culminasse com o fim da guerra. Mas eles não descartaram um acordo antes do Ramadã, que deve começar no domingo e surgiu como um prazo informal.

Porta-voz do Hamas, Jihad Taha afirmou que Israel "se recusa a se comprometer e a dar garantias em relação a um cessar-fogo, o retorno dos deslocados e a retirada de áreas de sua incursão". Mas ele comentou que as conversas estavam em andamento e seriam reiniciadas na próxima semana. Israel ainda não havia comentado o tema.

Os EUA, o Egito e o Catar tentam há semanas fechar um acordo por uma trégua de seis semanas, com a libertação de 40 reféns mantidos em Gaza, em troca dos palestinos presos em Israel. Autoridades egípcias dizem que o Hamas havia concordado com os principais termos de um acordo do tipo como uma etapa inicial, mas querem compromissos que levarão adiante a um cessar-fogo mais permanente. O Hamas diz que não liberará todos os reféns sem uma retirada israelense total do território. Estima-se que os militantes palestinos tenham cerca de 100 reféns, além dos restos mortais de 30 outros, capturados durante o ataque de 7 de outubro do Hamas que detonou a guerra.

ARGENTINA

Aluno desmaia enquanto Milei discursa em escola

Dois estudantes da escola Cardenal Copello, em Buenos Aires, na Argentina, desmaiaram na quarta-feira passada, enquanto Javier Milei fazia um discurso direcionado aos alunos. O presidente argentino, que fazia uma visita à instituição na qual estudou, reagiu aos desmaios culpando a esquerda, em tom sarcástico.

Durante sua apresentação, o mandatário relembrou sua experiência na escola, na década de 70, e citou um professor "bastante canhoto" (esquerdista), quando uma aluna que o acompanhava no palco desmaiou. "Nosso médico, deixe nosso médico vir", disse o presidente, e a jovem recebeu assistência médica da equipe que acompanha a comitiva do presidente. Quando ela se recuperou, Milei declarou: "como viram, mencionar os comunistas é tão perigoso que gera problemas sempre".

Em outro momento do discurso, o ultradireitista se referiu a sua presença no Fórum Econômico de Davos, no mês passado. "Há muita gente que é socialista sem saber. É por isso que foi tão chocante porque eu me levantei em Davos e quase disse a eles 'vocês são todos esquerdistas'", declarava o presidente argentino quando quase imediatamente outro estudante parado ao seu lado também desmaiou. O aluno, que estava pálido e parecia estar desconfortável, inicialmente se desequilibra e depois cai de joelhos. A irmã do presidente argentino, Karina Milei, presta ajuda ao estudante. "Mais um?", questionou Milei. "E sim, eu os cito e eles são infalíveis", disse em referência aos esquerdistas. "Juro que não os mencio no mais". De acordo com o *La Nacion*, a transmissão ao vivo do evento foi encerrada em seguida.

Javier e Karina Milei foram à escola Cardenal Copello, no bairro portenho de Villa Devoto, para dar início às atividades do ano letivo da instituição, na qual ambos estudaram quando crianças. Em sua fala, marcada pela descontração, Milei recomendou que os alunos fossem à biblioteca e lessem "sobre os dois lados", em referência ao contexto político, e insistiu que quer fechar o Banco Central, fazendo uma comparação para criticar administrações anteriores.

CHEGA!

Candidato ultradireita diz que se Lula entrar em Portugal, 'vai para cadeia'

O líder do Chega, partido de extrema direita de Portugal, afirmou que caso ele seja eleito primeiro-ministro nas eleições legislativas do país, marcadas para o próximo domingo, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, não poderá entrar no país europeu.

André Ventura apontou que Lula poderia ter o desejo de viajar a Portugal para participar dos 50 anos da Revolução dos Cravos, que derrubou o salazarismo e deu início a implementação de um regime democrático no país. O aniversário da revolução será comemorado em abril deste ano.

"Se o Chega vencer as eleições legislativas, o senhor presidente do Brasil não vai entrar em Portugal", afirmou Ventura durante um compromisso de campanha na quarta-feira. "Eu garanto que se eu for primeiro-ministro, o senhor Lula da Silva ficará no aeroporto e, se insistir, vai para uma cadeia". Ventura também afirmou que "ficar preso não será uma grande novidade para Lula" O petista ficou preso por 580 dias em Curitiba, e saiu da cadeia em novembro de 2019.

Ventura já havia criticado uma visita de Lula a Portugal no ano passado durante o aniversário da Revolução dos Cravos. O líder do Chega realizou um protesto conta a presença do brasileiro e tentou atrapalhar o discurso de Lula no Parlamento português ao bater mesas junto a outros parlamentares de sua legenda. Ele é próximo do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro.

Ainda não ocorreu um convite para a viagem de Lula, mas Portugal costuma convidar chefes de Estado e de governo de países lusófonos para celebrações importantes.

PEDRO SÁNCHEZ

O líder do Chega afirmou também que queria limitar a presença do primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, em Portugal. Sánchez é de esquerda e faz parte do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). "Sánchez só entrará quando for necessário. Não queremos que ele entre muitas vezes".

De acordo com as pesquisas de opinião, Ventura não deve vencer as eleições legislativas, mas o Chega pode crescer e se tornar uma pedra no sapato dos socialistas e da Aliança Democrática (AD), legenda da direita tradicional.

O Partido Socialista (PS) está no poder desde 2015, mas o eleitor português dá sinais de cansaço. De acordo com uma pesquisa de opinião feita pela Universidade Católica para o jornal português *Público*, a coligação Aliança Democrática (AD), tem 32% das intenções de voto. Os socialistas tem 28%, enquanto o Chega aparece como terceira força política, com 19%.

Os portugueses irão às urnas por conta da renúncia do primeiro-ministro António Costa em novembro do ano passado, após denúncias de um escândalo de corrupção relacionado a negócios de lítio e hidrogênio no país.

SEGUNDO MANDATO

Partido da UE endossa nome de Von der Leyen

O maior partido político da União Europeia (UE) endossou ontem a candidatura de Ursula von der Leyen para um segundo mandato de cinco anos à frente da Comissão Executiva do bloco. O endosso a coloca firmemente como uma das principais candidatas ao cargo mais elevado da UE.

A nomeação de Von der Leyen em uma reunião do Partido Popular Europeu (EPP, na sigla em inglês), de centro-direita, na capital da Romênia, Bucareste, ocorre antes das eleições de 6 a 9 de junho para o Parlamento Europeu, a única instituição democraticamente eleita do bloco de 27 nações. Espera-se que o EPP continue como o maior partido na legislatura do União Europeia após a votação de junho, mas o cargo de Von der Leyen ainda exigirá a aprovação dos líderes dos Estados-membros. Quase metade dos 27 líderes nacionais da UE são integrantes do EPP.

GRUPOS EXTREMISTAS

Em comentários após o fim da votação, Von der Leyen alertou para a ameaça imposta pelo crescimento de grupos populistas e extremistas na União Europeia, em ambos os lados do espectro político de direita e esquerda. "Os nomes podem ser diferentes, mas o objetivo é o mesmo. Eles querem destruir nossos valores e destruir nossa Europa.

EUA

Haley sai da disputa, mas não fala de apoiará Trump

A ex-governadora da Carolina do Sul Nikki Haley anunciou na quarta-feira, o fim de sua candidatura à presidência dos EUA pelo Partido Republicano após as derrotas na Superterça, quando perdeu em 14 dos 15 Estados que votaram. Com isso, o ex-presidente Donald Trump não tem mais rivais e deve reeditar a disputa eleitoral de 2020 contra o democrata Joe Biden.

Haley, no entanto, silenciou-se e não anunciou apoio ao ex-presidente. Em vez disso, disse ao seus eleitores, em Charleston, na Carolina do Sul, que Trump precisa agora conquistar o apoio deles.

As primárias republicanas seguem até junho, quando Trump deve ser oficialmente coroado como candidato na Convenção Nacional do Partido Republicano. A desistência de Haley, porém, abre caminho para a antecipação da corrida presidencial.

"Eu disse que queria que as vozes dos americanos fossem ouvidas. Eu fiz isso. Não estou arrependida", afirmou. "Cabe agora a Donald Trump ganhar os votos daqueles que, no nosso partido, não o apoiaram, e espero que ele o faça."

Ex-embaixadora dos EUA na ONU durante o governo Trump, Haley venceu apenas em 1 dos 15 Estados - Vermont - que realizaram as primárias na Superterça. O restante foi vencido por Trump, que totalizou 995 delegados ante 89 da adversária. São necessários 1 215 para confirmar a nomeação, número que a campanha do ex-presidente espera bater na semana que vem.

Antes da Superterça, Haley havia vencido Trump apenas na capital Washington. A vitória do ex-presidente era esperada, mas havia dúvidas se ela se manteria na disputa até as convenções partidárias, na expectativa de Trump ser retirado da disputa por alguma questão jurídica - tese praticamente encerrada após a Suprema Corte decidir, na segunda-feira, que o nome do ex-presidente não pode ser removido das cédulas pelos Estados.

GARRY KASPAROV

Rússia trata campeão de xadrez como terrorista

A Rússia incluiu o ex-campeão mundial de xadrez exilado nos Estados Unidos Garry Kasparov, crítico do presidente Vladimir Putin, na sua lista de pessoas declaradas "terroristas e extremistas", segundo uma nota do serviço de vigilância financeira russo consultada pela AFP na quarta-feira.

"Uma honra que diz mais sobre o regime fascista de Putin que sobre mim", reagiu Kasparov em sua conta no X, com um milhão de seguidores. "O extremismo na defesa da liberdade não é um vício; a moderação na busca da justiça não é uma virtude", acrescentou, citando uma frase do político americano Barry Goldwater (1909-1998).